

## Brasil

Rumos da Economia Atender a demanda externa é o caminho para promover o mercado interno

## Para economistas, país só cresce exportando

Raquel Balarin e Sergio Lamucci  
De São Paulo

O caminho para o desenvolvimento econômico brasileiro é exportar mais e mais. A análise, unânime entre os economistas que participaram ontem do seminário "Rumos da Economia", promovido pelo Valor, mostra que a baixa renda do brasileiro e a apertada situação das contas públicas fizeram das exportações o motor para o desenvolvimento do mercado interno. É atender a demanda externa para permitir a geração de demanda no mercado doméstico.

Embora haja unanimidade entre os economistas sobre o papel das exportações, há várias receitas sobre como incentivá-las. O economista Yoshiaki Nakano defende uma mudança da política macroeconômica. Luciano Coutinho estabelece uma agenda microeconômica, com desenvolvimento de políticas setoriais e maior participação do Estado. Luiz Carlos Mendonça de Barros pede o fim do "palocismo" e Claudio Haddad prefere a opção do Estado mínimo, que regula e deixa os investimentos para o setor privado.

Para o professor e diretor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, Yoshiaki Nakano, o país tem de adotar um novo modelo, que incentive as exportações de produtos de maior valor agregado e, ao mesmo tempo, aumente a geração de emprego. E isso passa por mudanças na política macroeconômica.

Nakano lembra o tripé adotado por países asiáticos: câmbio desvalorizado, controle fiscal rígido com carga tributária baixa e taxas de juro muito baixas. "Com o câmbio desvalorizado, há em um primeiro momento uma redução do salário real da população, mas aumenta-se o

emprego, que é o melhor produto do desenvolvimento." Segundo Nakano, o Brasil tem ainda de definir que tipo de exportador quer ser. A entrada da China e da Índia no comércio mundial aumentou a demanda por alimentos e o país pode acabar por priorizar, mais uma vez, a exportação de produtos primários em vez de focar esforços em manufaturados.

Taxas de juro mais baixas para o Brasil também foram defendidas pelo ex-ministro e deputado federal Delfim Netto e pela economista Eliana Cardoso, embora ambos tenham visões diferentes sobre o que falta para o país crescer. Para Delfim, as restrições macroeconômicas — como as altas relações dívida/PIB e dívida externa/exportações — estão sendo combatidas, ainda que o ritmo na queda da taxa de juro seja lento.

"Estabilidade não é dar autonomia ao Banco Central. BC não gera crescimento. Gera confusão. O crescimento é dado por investimento e isso se baseia na crença de que o país vai crescer", explicou o ex-ministro. Segundo ele, o setor de agribusiness já cresce a uma taxa de 7% ao ano, as exportações estão aumentando rapidamente e o que falta é a expansão do setor industrial. "E, para isso, é preciso ter crédito. Hoje, 2/3 do investimento vem de lucros retidos e apenas 1/3, de financiamento. O governo ainda tem espaço para estimular vários setores."

Eliana Cardoso não acredita no privilégio de um setor em detrimento de outro. Crê em um conjunto de variáveis macroeconômicas como a mola propulsora do desenvolvimento econômico. Para ela, essa foi a diferença que levou a Coreia do Sul a ampliar seu PIB per capita de 20% da renda per capita americana em 1980 para 47% em 2000, enquanto o Brasil passou de 28% para 20%. "Dois estu-

dos de 2002, um do Banco Mundial e outro do MIT (Massachusetts Institute of Technology), mostram que gastos do governo, taxa de juro e outras variáveis macro têm extrema importância no desenvolvimento."

Para Eliana, uma agenda de crescimento para o país deve privilegiar uma reforma tributária profunda, com desvinculação de receitas, um sistema previdenciário mais justo, a redução de alíquotas de tributos como a CPMF e a queda na taxa de juro, que reduziria a dívida líquida e melhoraria a percepção de investidores. Ela estima que a taxa básica de juro, a Selic, possa chegar a 12% no fim do ano, "sem problemas".

Ao contrário de seus colegas no primeiro painel, o diretor-presidente do Ibme Educacional, Claudio Haddad, nem discutiu questões macroeconômicas. Foi a forma de ele mostrar que o macro é uma condição necessária, mas não suficiente para o crescimento. No seu modelo, o governo tem um papel mínimo, e o setor privado é quem impulsiona o desenvolvimento.

Sua receita? O Estado entra com a redução de gastos e com investimentos selecionados, em pesquisa e logística, por exemplo, e aperfeiçoar o ambiente de negócios, com a redução da informalidade, o fim da assimetria no tratamento tributário, a definição de direitos de propriedade, estabilidade regulatória, cumprimento de contratos e melhor acesso a financiamentos. "É uma agenda que tem de ser implantada com perseverança", explica.

O modelo liberal proposto por Eliana Cardoso e por Claudio Haddad não encontrou respaldo na apresentação de um famoso "desenvolvimentista". O ex-ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros, hoje publisher da Editora Primeira Leitura, disse que o pressuposto de que,



Luciano Coutinho, Luiz Carlos M. de Barros, Claudia Safatle, Sergio Werlang e Gustavo Loyola: desafios para crescer

mantida a estabilidade macroeconômica, as decisões do setor privado levarão o país ao crescimento não dá resultados, como mostra o desempenho da economia nos últimos anos. No período, a expansão do PIB ficou na casa de 2% ao ano. "É o grande sucesso de um grande fracasso".

Irritado, Mendonça de Barros afirmou que não está propondo mais inflação em troca de mais crescimento. "Inflação baixa e controle fiscal já são conquistas das quais a sociedade não quer abrir mão. É necessário uma ruptura com o 'palocismo', o que não significa abandonar a austeridade fiscal, mas buscar outras alternativas para o crescimento, como medidas de estímulo às exportações e políticas setoriais", ressaltou.

A questão fiscal é uma das grandes preocupações dos economistas

que defendem o papel do Estado como indutor do desenvolvimento. Como o país precisa gerar superávit primário para reduzir sua relação dívida/PIB, a solução é apostar na exportação e em políticas de estímulo à infra-estrutura, em setores como energia, logística e saneamento. "Nesse quadro, o investimento público não deve ser visto com preconceito, especialmente na área de infra-estrutura, que muitas vezes não tem retorno interessante e é fundamental para o crescimento sustentado", explicou Luciano Coutinho, professor da Unicamp.

Na questão do crescimento econômico, um ponto importante a ser considerado, na visão do ex-diretor do Banco Central (BC), Sérgio Werlang, hoje diretor executivo do Itaú, é a abertura comercial e a negocia-

ção de acordos de livre comércio, como a Alca, além da eliminação das incertezas regulatórias que afastam decisões de investimento. "Com os acordos, aumentaremos as correntes de comércio, com redução da relação entre a dívida externa e as receitas em conta corrente (exportação de bens, serviços e transferências unilaterais)", disse Werlang.

Para o diretor do Itaú, a queda desse indicador, que fechou em 2,7 em 2003, é um pré-requisito para o país atingir a classificação de grau de investimento, que abriria espaço para crédito mais barato. "Se o país adotar política comercial agressiva e mantiver o superávit primário em 4,25% do PIB, o indicador pode atingir 1 em 2008. Sem uma política agressiva, isso pode demorar mais um ou dois anos", explicou.

CAROL CARQUEJEIRO/VALOR